

TIAGO JOSÉ BERG

SÍMBOLOS do BRASIL

Bandeiras, brasões e hinos
dos estados e capitais



© Tiago José Berg

Direção editorial
Marcelo Duarte
Patth Pachas
Tatiana Fulas

Coordenação editorial
Vanessa Sayuri Sawada

Assistentes editoriais
Henrique Torres
Lais Cerullo
Guilherme Vasconcelos

Capa
Sérgio Campante

Projeto gráfico
Carolina Ferreira

Diagramação
Elis Nunes
Vanessa Sayuri Sawada

Preparação
Beatriz de Freitas Moreira

Revisão
Cristiane Fogaça

Fotos

p. 7: © *Cholpan/Shutterstock*;

p. 8: © *Balhash/iStock*;

p. 9: © *Grafissimo/iStock*

Impressão
Lis Gráfica

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

B432s

Berg, Tiago José, 1979-

Símbolos do Brasil: bandeiras, brasões e hinos dos
estados e capitais / Tiago José Berg. – 1. ed. – São Paulo:
Panda Books, 2022. 256 p.

ISBN 978-65-5697-250-3

1. Símbolos nacionais – Brasil. 2. Símbolos nacionais
– História – Brasil. 3. Bandeiras – Brasil. 4. Heráldica –
Brasil. 5. Hinos nacionais - Brasil. I. Título.

22-75663

CDD: 929.90981

CDU: 929.6:342.228(81)

Bibliotecária: Camila Donis Hartmann – CRB-7/6472

2022

Todos os direitos reservados à Panda Books.

Um selo da Editora Original Ltda.

Rua Henrique Schaumann, 286, cj. 41

05413-010 – São Paulo – SP

Tel./Fax: (11) 3088-8444

edoriginal@pandabooks.com.br

www.pandabooks.com.br

Visite nosso Facebook, Instagram e Twitter

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma
sem a prévia autorização da Editora Original Ltda. A violação dos direitos autorais é
crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

SUMÁRIO

- 5 Prefácio
- 7 Introdução

BRASIL

- 18 Hinos, bandeiras e brasões do Brasil

ESTADOS

- 66 A origem dos símbolos estaduais
- 73 Acre
- 77 Alagoas
- 81 Amapá
- 84 Amazonas
- 88 Bahia
- 92 Ceará
- 96 Distrito Federal (Brasília)
- 99 Espírito Santo
- 103 Goiás
- 108 Maranhão
- 111 Mato Grosso
- 115 Mato Grosso do Sul
- 118 Minas Gerais
- 122 Pará
- 125 Paraíba
- 129 Paraná
- 134 Pernambuco
- 138 Piauí
- 142 Rio de Janeiro
- 146 Rio Grande do Norte
- 150 Rio Grande do Sul
- 156 Rondônia
- 160 Roraima
- 163 Santa Catarina
- 167 São Paulo
- 171 Sergipe
- 175 Tocantins

CAPITAIS

- 180 Os brasões e bandeiras das capitais brasileiras
- 186 Aracaju (SE)
- 189 Belém (PA)
- 191 Belo Horizonte (MG)
- 192 Boa Vista (RR)
- 194 Campo Grande (MS)
- 196 Cuiabá (MT)
- 198 Curitiba (PR)
- 200 Florianópolis (SC)
- 202 Fortaleza (CE)
- 204 Goiânia (GO)
- 206 João Pessoa (PB)
- 208 Macapá (AP)
- 210 Maceió (AL)
- 212 Manaus (AM)
- 214 Natal (RN)
- 216 Palmas (TO)
- 218 Porto Alegre (RS)
- 220 Porto Velho (RO)
- 222 Recife (PE)
- 224 Rio Branco (AC)
- 226 Rio de Janeiro (RJ)
- 229 Salvador (BA)
- 231 São Luís (MA)
- 233 São Paulo (SP)
- 236 Teresina (PI)
- 238 Vitória (ES)
- 240 Regras de etiqueta das bandeiras
- 244 Pequeno dicionário de heráldica e vexilologia
- 248 Referências

PREFÁCIO

Bandeiras, brasões e hinos são muito mais que criações encomendadas por poderosos reis ou governantes para seus países e regiões ao longo dos tempos. São também uma crônica viva de um povo e de uma nação, pois refletem o momento histórico em que foram criados.

Esses símbolos fornecem informações valiosas sobre nossa história, nossas raízes e pensamentos. Revelam, ainda, as ideias que nossos antepassados ansiavam transmitir, testemunhando as influências, os estilos e as necessidades de cada época. Nas cores e formas das bandeiras, nas peças e ornamentos dos brasões de armas, na letra dos hinos e em sua consonância também estão expressos as conquistas, as vitórias, o respeito, o amor e o orgulho pela pátria em todas as suas dimensões.

Esta singela obra procura apresentar os símbolos do Brasil, de seus estados e capitais, em suas três principais dimensões: a *técnica*, representada pela heráldica (estudo dos brasões, suas leis e disposições) e pela sua irmã mais nova, a vexilologia (que trata especificamente das bandeiras e seu simbolismo); a *histórica*, que se refere à evolução e à compreensão das representações sociais, políticas, geográficas, cívicas e culturais expressas nesses símbolos; e a *legislativa*, que trata especificamente das leis que os oficializaram.

Com relação aos hinos, além das letras oficiais, estão disponíveis as partituras para canto dos hinos brasileiros e estaduais, de forma que as pessoas que tenham conhecimento na área de música também possam contemplar a dimensão sonora desse símbolo.

Para aproximar o público desse tema que envolve certa dose de erudição, utilizamos uma linguagem mais leve em relação aos termos técnicos aplicados na heráldica, sem descaracterizar sua apresentação formal. Para isso, como conteúdo auxiliar aos não familiarizados com as regras e os termos da armaria, este livro também apresenta um pequeno dicionário de heráldica e vexilologia, procurando tornar mais claras suas principais convenções.

Da mesma forma, apesar das boas intenções de artistas, políticos e figuras públicas, muitos dos símbolos pesquisados ainda carecem de explicações e contêm erros de confecção, tanto nas regras da heráldica como na própria descrição, de maneira que nos conveio realizar sugestões. Por esse motivo, também não poderíamos deixar de agradecer a todas as secretarias, assembleias legislativas, bibliotecas, arquivos públicos e institutos com os quais nos correspondemos e que gentilmente enviaram informações e sugestões a respeito de seus símbolos estaduais e municipais.

Finalmente, esperamos que esta obra possa proporcionar uma forma didática, surpreendente e ao mesmo tempo divertida de conhecer o Brasil, seus estados e suas capitais por meio de seus símbolos, lançando uma luz renovada sobre a nossa história e as nossas raízes, como uma fonte de pesquisa que se projete de forma a permitir o enriquecimento cívico e cultural de todos os brasileiros.

INTRODUÇÃO

Desde a origem da humanidade, houve a necessidade de identificação dos diferentes grupos à medida que se fixavam em determinado lugar. Estes tinham de mostrar que possuíam uma característica especial, que dominavam determinado território que lhes garantia a posse dos bens e recursos, da mesma forma que era preciso diferenciar os amigos dos inimigos. Era necessário criar uma forma de comunicação social.

Esse lento e longo processo de evolução do pensamento humano resultou no uso de registros pictóricos e símbolos primitivos. À medida que se desenvolveram as primeiras civilizações, esses desenhos passaram a se sofisticar. Sabe-se que os egípcios já usavam por volta de 5000 a.C. em suas cerimônias públicas insígnias simples, que consistiam em varas de madeira em que eram amarradas ervas e se prendiam partes do corpo de determinados animais (penas, peles, ossos etc.) considerados sagrados.

Com o tempo, esses objetos foram se sofisticando, e as figuras de animais e deuses (chamadas de totens) passaram a ser esculpidas em madeira e mais tarde forjadas em metal. Esse primeiro objeto era conhecido como *vexiloide* (uma espécie de avô das bandeiras), que eram antigas insígnias usadas nos desfiles militares e cerimônias religiosas.



Detalhe da Paleta de Narmer, mostrando um sacerdote com quatro porta-estandartes conduzindo os vexiloides (3200-3000 a.C.).

Além dos egípcios, os assírios, persas, mongóis, chineses, japoneses e astecas criaram seus próprios vexiloides, com as mais variadas formas e materiais para exercer as mais diversas funções. Os persas, por exemplo, usavam o desenho de um arqueiro montado sobre dois cavalos e uma águia no topo de seus mastros, figura esta que mais tarde foi copiada pelos romanos. O estandarte militar das legiões romanas nessa época era chamado de *signum* e consistia em uma lança cheia de símbolos e discos de prata ou de bronze. Ele era revestido de coroas de louro, tendo no topo a figura de um determinado animal, conforme a unidade da tropa, sendo o mais comum deles a águia.

Os romanos acreditavam que seus vexiloides, ao apontarem para cima, na direção das nuvens, estariam investidos de poderes místicos, que protegeriam seus portadores dos inimigos e lhes proporcionariam a vitória nas batalhas. Naquela época, seus exércitos marchavam por grande parte da Europa, além da África e da Ásia, levando a outras terras não só sua língua, cultura e religião, mas também suas tradições militares e seus símbolos.

A grande inovação das tropas romanas viria no século I a.C., quando eles adicionaram à haste e às figuras de metal uma barra horizontal e nela colocaram um tecido retangular – nascia, assim, a primeira bandeira de pano como a conhecemos hoje. Embora outros povos já tivessem usado o tecido como material para suas bandeiras primitivas, foi a primeira vez que ele foi empregado dessa forma. Em 312 d.C. o imperador Constantino I, após se converter ao cristianismo, introduziu nas bandeiras romanas a figura da cruz cristã, que recebeu o nome *lábaro* (*labarum*).

Da mesma maneira que as origens da bandeira, a história dos brasões segue os modelos de representação das antigas civilizações. Os historiadores dizem que foram os reis da Assíria (atual noroeste do Iraque) os primeiros a usar figuras em seus escudos, sendo o mais comum deles uma pomba de prata. Os cartagineses, no norte da África, tinham por emblema uma cabeça de cavalo; os romanos uma loba, um corvo e depois uma águia. Os godos (povo germânico do norte da Europa) usavam um urso e os francos, um leão. A esses antigos escudos de combate, de forma redonda ou oval, dava-se o nome de *broquéis*, sendo os primeiros armamentos com figuras gravadas e traços representativos.

Os gregos antigos carregavam o *hóplon*, escudo redondo usado pela infantaria, e os legionários romanos, o *scutum*, peça retangular que daria origem a *escudo*. Foi assim que escudos e bandeiras se desenvolveram, tanto como armas de guerra quanto como signos de identificação, originando mais tarde a heráldica. Antes de explicarmos o que é heráldica, vamos conhecer um pouco mais de sua história.

A primeira bandeira

O estandarte dos romanos, chamado de *vexillum*, foi a primeira bandeira moderna feita de pano. Ele era usado pelas tropas auxiliares de Roma e consistia em um tecido quadrado sobre uma barra horizontal, geralmente na cor carmesim, acompanhado da sigla SPQR – *Senatus Populus Que Romae* (O senado e o povo de Roma).



Representação do vexilo romano (séc. I a.C.).

AS ORIGENS DA HERÁLDICA

Passados os séculos, após a queda dos romanos e o fim das invasões bárbaras, a Europa atravessou outro momento marcante – era o começo da Idade Média. A partir do século VII de nossa era aconteceu a ascensão do islamismo, com a ocupação de vários territórios antes sob domínio dos europeus, como os Bálcãs e a Península Ibérica. Uma das consequências dessa expansão foi a tomada de Jerusalém, cidade sagrada para três grandes grupos religiosos: judeus, cristãos e muçulmanos. Com o intuito de recuperar a Terra Santa e os territórios perdidos, além de garantir vantagens com as rotas comerciais e dos peregrinos cristãos, os reis europeus lançaram contra os árabes várias investidas militares entre os séculos XI e XIII, as chamadas Cruzadas.

Ao mesmo tempo, desenvolveram-se novas técnicas de guerra e as armas se modernizaram. Os cavaleiros passaram a ser mais bem protegidos com o aprimoramento do elmo (capacete que ocultava sua cabeça e face) e das armaduras. Daí surgiu um problema trivial: como distinguir os aliados dos inimigos no furor da batalha? Em vista dessa necessidade, encontrou-se uma solução: pintar os elmos e os escudos dos soldados de cada reinado com símbolos que os distinguiam conforme sua origem. Vale lembrar que o símbolo principal usado nessa época era a cruz cristã.

Os cavaleiros medievais tornaram-se uma classe privilegiada a partir de então. Quando retornavam da Terra Santa, muitos deles passavam a usar os escudos e as bandeiras que carregavam como símbolos de proteção. Os escudos e armaduras também ganharam desenhos para que se pudesse identificar os cavaleiros à distância e distingui-los dos demais, e, à medida que suas famas e conquistas aumentavam, novos emblemas eram concedidos pelos reis àqueles cuja bravura havia defendido seu reino. Aos poucos, com o desenvolvimento da sociedade feudal, os brasões tornaram-se emblemas hereditários, e entre os séculos XI e XIII surge a *heráldica*, que é considerada a ciência e a arte dos brasões por ser a primeira disciplina formal dedicada a organizar a simbologia dos escudos e a criar regras para eles.



Os quatro líderes da primeira Cruzada.

As cores das cruzes

As cores de cada cruz pintadas nas bandeiras e nos brasões indicavam o local de origem dos cavaleiros medievais na época das Cruzadas.

A vermelha foi usada pelos franceses, a branca pelos ingleses, a verde pelos povos de Flandres (atual Bélgica e Holanda), a amarela pelos italianos e a negra pelos povos germânicos. Mais tarde os franceses adotaram a cruz azul e os ingleses passaram a usar a cruz vermelha. Os escoceses, por sua vez, usavam uma cruz branca disposta em aspa (em X) sobre um fundo azul. Esses dois símbolos ainda hoje estão presentes nas bandeiras da Inglaterra e da Escócia.

As bandeiras nessa época também ganharam desenhos, cores e regras usadas na heráldica. Eram chamadas de *estandartes armoriais* ou *bandeiras heráldicas*, porque nelas se colocavam vários símbolos e figuras estilizadas – tais como leões, flores, traços, cruces etc. –, da mesma maneira que nos escudos. Logo, os reis passaram a usar brasões e bandeiras para se identificar, por isso esses símbolos também foram importantes para mostrar a autoridade de um monarca, de um cavaleiro ou de uma ordem religiosa e, depois, para representar cidades, regiões e países.

APRENDENDO A LINGUAGEM DOS BRASÕES E DAS BANDEIRAS

Sendo este livro dedicado sobretudo a apresentar nossos símbolos cívicos, torna-se necessário conhecer um pouco mais das regras e normas presentes em sua descrição técnica.

Ao estudo dos brasões dá-se o nome de *heráldica*, que significa o “saber dos heraldos”, também chamados de arautos. Trata-se dos oficiais que dirigiam os torneios e fiscalizavam a qualidade dos cavaleiros no começo da Idade Média. Eles exerciam um cargo parecido com os mestres de cerimônias de hoje, pois estavam encarregados de publicar oficialmente os torneios e de anunciar de viva voz os nomes dos combatentes. A missão desses personagens estendeu-se, posteriormente, por mandato dos reis, a determinar os brasões que correspondiam a cada cavaleiro e às pessoas nobres que tinham o direito de usá-los.

Com o tempo, também as autoridades religiosas e as cidades passaram a ter seus próprios brasões e bandeiras. À medida que novas vilas e cidades eram fundadas, se tornava comum criar emblemas para elas.

Assim, podemos dizer hoje que a heráldica se divide em três ramos principais: a chamada *heráldica de família* ou de *nobreza*, que trata justamente dos brasões dos reis, duques e demais nobres; a *heráldica eclesiástica*, referente aos brasões dos papas, arcebispos, bispos e cardeais; e a *heráldica de domínio* ou *civil*, que aborda respectivamente os brasões das aldeias, vilas, municípios, regiões, províncias e países.

Adiante vamos conhecer mais sobre a heráldica, acompanhada de sua irmã mais nova, a vexilologia, ou seja, o estudo das bandeiras e sua história. Fizemos então uma introdução breve, voltada para as pessoas leigas no assunto.

AS PARTES DE UM BRASÃO

Para entendermos um pouco mais sobre como se apresenta um brasão de armas, devemos observar que ele é formado por partes específicas, que chamamos de *elementos*. Em geral, um brasão de armas é composto de:

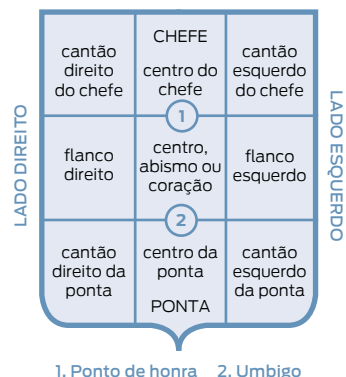


AS DIVISÕES DO ESCUDO

O escudo é também dividido em nove partes ou posições principais. Comparando-se o escudo com o corpo do cavaleiro, cada uma dessas partes tem sua significação e um nome específico. As três partes superiores recebem o nome de *chefe*, ou seja, representam a cabeça do cavaleiro e indicam o comando das ações. As três intermediárias são chamadas de *faixas* ou *flancos* e simbolizam seus membros direito e esquerdo, enquanto a posição central recebe o nome de *abismo*, equivalendo ao seu coração.

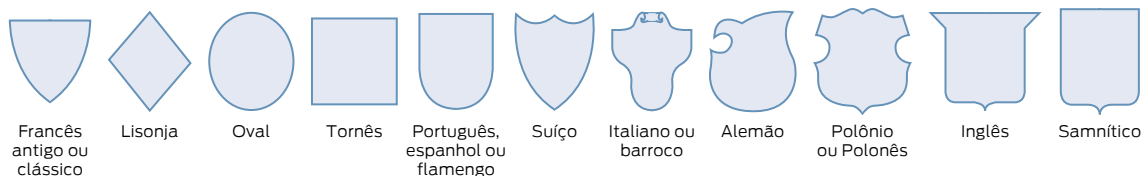
Na parte inferior do escudo encontra-se a *base* ou *ponta*, referindo-se aos pés do cavaleiro ou ao solo, no qual se apoiam as peças. Há também uma divisão intermediária entre a cabeça e o coração, chamada de *ponto de honra*, que representa o pescoço do cavaleiro, e outra entre o peito e os membros, que é o *umbigo*.

Um detalhe importante: o escudo representa o próprio cavaleiro. Sendo assim, quando nos referimos à direita dele (chamada *dextra*), esta se encontra sempre à esquerda do observador, assim como a esquerda (com o nome *sinistra*) mostra-se sempre à direita de quem a observa.



OS TIPOS DE ESCUDO

Na heráldica é comum usar como escudos os modelos que figuravam na Idade Média e no Renascimento, embora não haja restrição para outras formas. A partir do broquel, que era o escudo redondo ou oval, surgiram as mais diversas formas:



O escudo *francês antigo* é conhecido como *clássico*, apresentando um bico regular que sai da base até o alto do chefe, nas pontas. No começo, o domínio dos escudos era masculino, e apenas os cavaleiros, reis e nobres podiam usá-los; somente depois é que foi concedido às mulheres esse direito, conferindo-lhes um formato específico: o escudo em *lisonja*, ou seja, em formato de losango, foi usado pelas damas nobres e pelas princesas, da mesma forma que o escudo em formato *oval* era tradicional entre as damas da corte britânica, sendo também muito usado pelos eclesiásticos.

O escudo *tornês*, em formato quadrado, é assim chamado porque os cavaleiros o usavam nos combates. O escudo *português, espanhol ou flamengo* é o mais comum usado na heráldica do Brasil, sendo retangular e com a parte inferior arredondada. O escudo *suíço* tem formas curvilíneas regulares, com o chefe em pontas. O *italiano* ou *barroco* tem volutas e linhas curvilíneas.

Já o *alemão*, que data do período do Renascimento, apresenta como variação significativa uma chanfradura ou berço por onde passava a lança nos torneios. O escudo *polônio* tem curvas ornamentais salientes no chefe. Derivando da forma clássica do escudo francês temos o escudo *inglês*, que foi modificado pelas saliências angulares das extremidades do chefe. Finalmente, o escudo *samnítico*, também chamado de *francês moderno*, apresenta forma retangular, com um bico regular no centro da ponta.

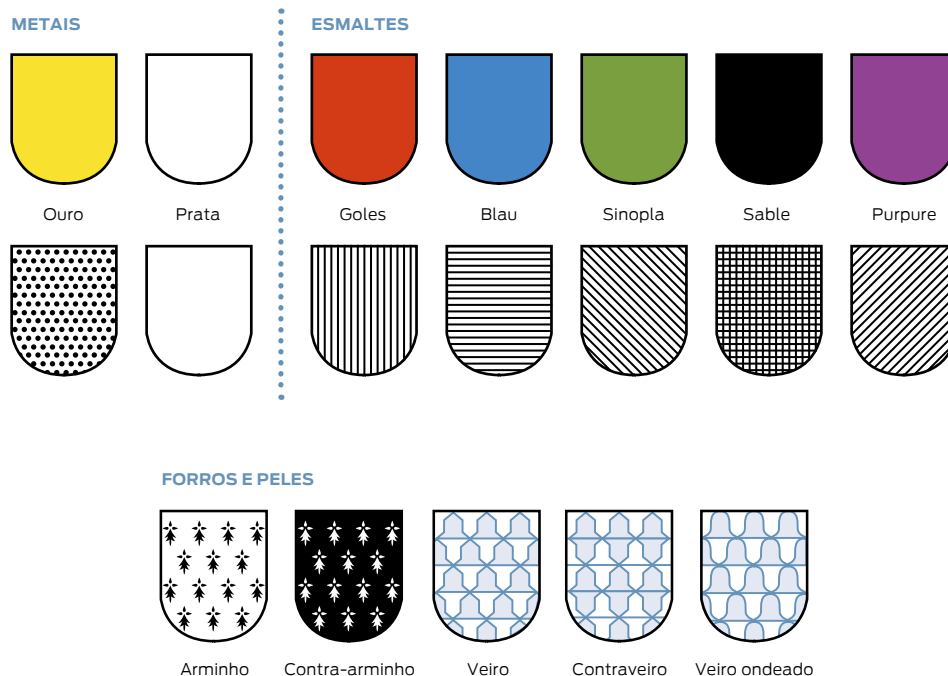
OS ESMALTES

Na terminologia heráldica, as cores adquiriram nomes próprios que foram derivados do francês antigo, chamadas de *esmaltes*: ao vermelho dá-se o nome de *goles*; ao azul, *blau* ou *azur*; ao verde, *sinopla*, *sinople* ou *vert*; ao preto, *negro* ou *sable*; a púrpura é também chamada de *purpure*. Há, além disso, dois metais: o ouro e a prata, que são designados respectivamente como *or* e *argent*. No século XVI, surgiram mais dois esmaltes: o laranja, chamado de *tenné*, e o *sanguina* ou *murray*, na expressão inglesa, que é a cor vermelho-sangue acentuada para o marrom.

As figuras humanas, animais e plantas, quando não estilizadas, apresentam-se em suas cores típicas. Para as plantas e animais dizemos que estão *ao natural* ou *de sua cor*, e para as figuras humanas diz-se na sua *carnação*. Há também os forros ou peles, sendo o mais comum o *arminho*, cujas figuras representam a cauda desse animal. Se a imagem estiver em negativo, chama-se *contra-arminho*, muito usado nos mantos reais. Outra possibilidade são os *veiros* e *contraveiros*, que eram peles de esquilo, tendo uma de suas variações representada de forma ondulada. No Brasil são raros os brasões de domínio que usam essas peles.

Até o final do século XIX, a tecnologia de impressão em cores era rara e custosa para ser feita em larga escala. Para facilitar a identificação das cores, surgiu na Idade Média um código que passou a ser aceito universalmente, de forma que elas pudessem ser reconhecidas apenas em preto e branco. Esse método foi inventado em 1638 pelo heraldista italiano Silvester Petra Sancta, por meio do uso de traços e pontos.

Na técnica inventada por Petra Sancta, o ouro é representado por pequenos pontos, enquanto a prata é formada por um campo liso, isto é, sem preenchimento. Os demais esmaltes são assim representados: o vermelho por traços verticais e o azul pelos horizontais; para o verde e a púrpura, os traços são inclinados, no sentido fendido e talhado, respectivamente. Se forem cruzados em esquadria, representam o preto.

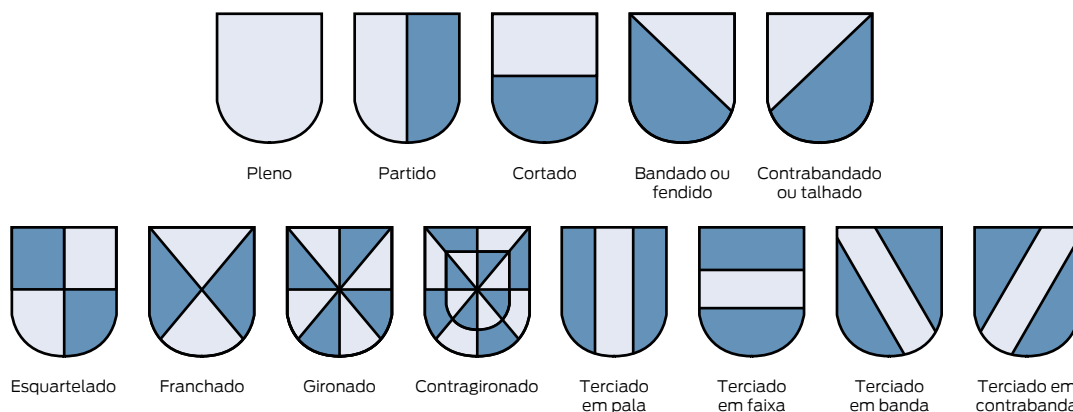


AS PARTIÇÕES E PEÇAS DO ESCUDO

Os escudos se repartem basicamente em duas metades, terços e quartéis (ou quartos). Essas são as divisões mais importantes na heráldica e representavam antigamente os vários golpes de espada que o escudo recebera em combate. Por isso são honrosas e recebem a nomenclatura de *partes nobres* ou *peças nobres*.

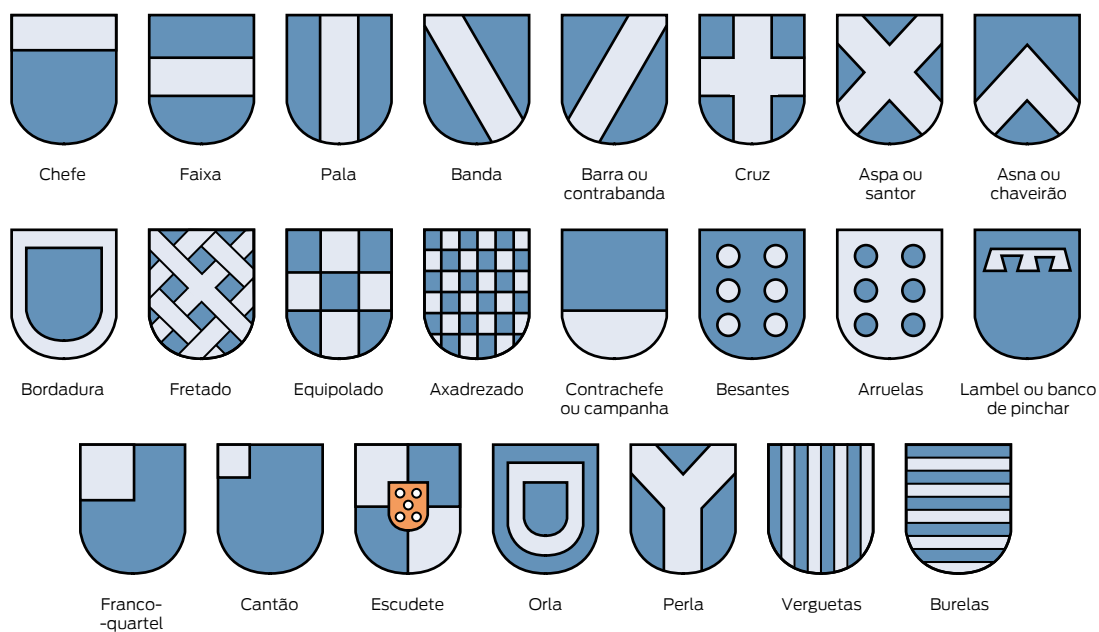
Quando um escudo não apresenta partição alguma, é chamado de *pleno*. Recebe o nome de *partido* quando um traço o parte verticalmente do chefe à ponta, e *cortado* quando um traço o divide horizontalmente. Se a partição inicia-se do flanco destro do chefe para o flanco sinistro da ponta, chama-se de *bandado*, *fendido* ou também *tranchado*. Quando tem uma talha que sai em diagonal, do alto da sinistra para a dextra, é denominado *talhado* ou *contrabandado*. Quando há a combinação de partido e cortado, dá-se o nome de *esquartelado*, isto é, em quatro partes iguais, chamadas de *quartéis*. Denomina-se *esquartelado em aspa*, *santor* ou *franchado* a combinação do tranchado com o talhado em quatro partes iguais. Por sua vez, dá-se o nome de *gironado* quando se combina partido, cortado, talhado e tranchado em oito partes iguais, chamadas *girões*. Denominaremos *contragironado* se essas divisões alcançarem 16 partes, graças à adição de outro escudo menor em abismo. Existem também as partições em três

partes iguais, chamadas de *terciado*, que podem ser na vertical, na horizontal, ou na diagonal, com a adição do sentido da divisão: *terciado em pala*, *terciado em faixa*, *terciado em banda* e *terciado em barra* ou *contrabanda*.



As peças nobres do escudo são chamadas de *peças honrosas*, devido ao fato de ocuparem suas partes principais. Assim, o *chefe* ocupa o terço superior do escudo. A *pala*, a *faixa*, a *banda* e a *barra* ou *contrabanda* ocupam a posição do meio do escudo, com mesma largura. A *cruz* resulta da união da pala com a faixa e, se estiver disposta em aspa, chamamos de *Cruz de Santo André* ou *santor*, que resulta da junção da banda com a barra.

As outras peças nobres a destacar são: a *asna* ou *chaveirão*, que é uma meia aspa aguçada; há também a *bordadura*, que é uma cercadura ou moldura em torno do escudo. Devemos ainda destacar que, se o número de faixas verticais for superior a cinco em um escudo, elas são chamadas *verguetas*. Se estas estiverem dispostas na horizontal, dá-se o nome de *burelas*.



AS CRUZES

Entre os heraldistas, são conhecidos mais de cinquenta tipos de cruzes diferentes. Aqui reproduziremos apenas algumas delas, de forma a representar os tipos mais comuns encontrados na heráldica e as que mais aparecem no Brasil. Como curiosidade, também estão representadas as cruzes de algumas das ordens monástico-militares.

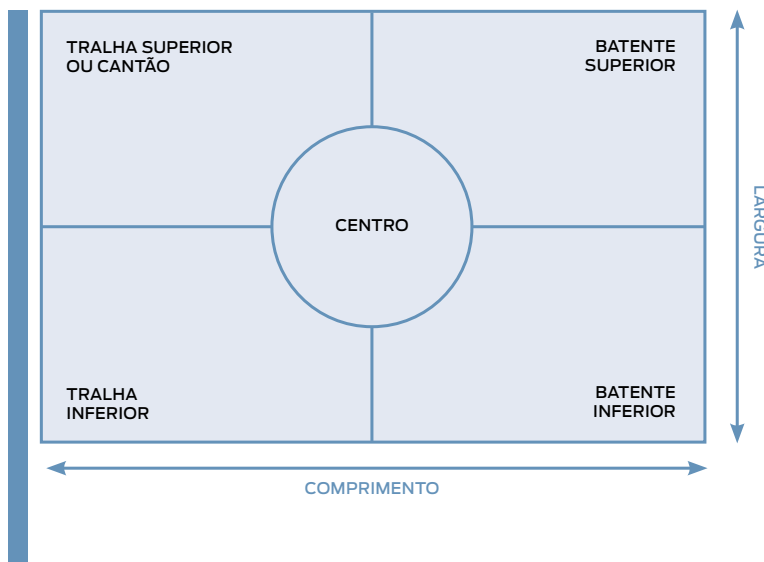
ALGUMAS DAS MUITAS CRUZES DA HERÁLDICA



ALGUMAS ORDENS MONÁSTICO-MILITARES



AS PARTES DE UMA BANDEIRA



Campo é a área de fundo da bandeira.

Cantão designa especificamente qualquer quarto do campo da bandeira, referindo-se habitualmente ao quarto superior mais próximo da haste.

Carga é um emblema colocado no campo ou acrescentado ao desenho básico da bandeira.

Tralha é a parte da bandeira mais próxima da haste e é usada para hastear a bandeira.

Haste é o suporte em que se desfralda a bandeira, também chamada de mastro.

Batente é a margem mais distante da haste, a parte que "esvoaça" ao vento.

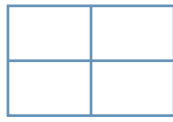
PRINCIPAIS DIVISÕES DAS BANDEIRAS



Cortada



Partida



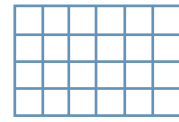
Esquartelada



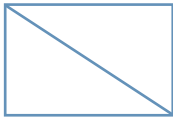
Terciada ou tripartida



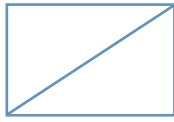
Terciada na vertical



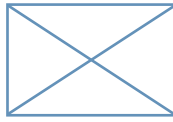
Axadrezada



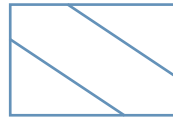
Tranchada ou diagonal



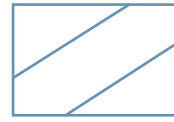
Talhada



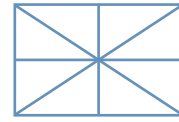
Esquartelada em aspa



Terciada em banda



Terciada em barra ou em contrabanda



Gironada



Onduladas

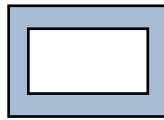


Serrilhadas

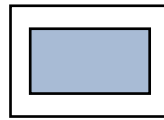
PRINCIPAIS MODELOS E ESTILOS



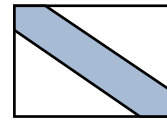
Cantão



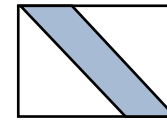
Bordadura



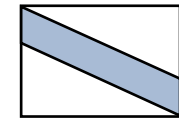
Painel



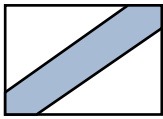
Banda



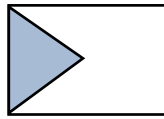
Banda estendida



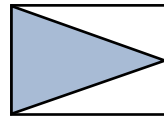
Banda reduzida



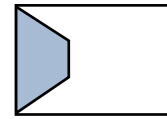
Barra ou contrabanda



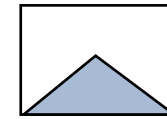
Triângulo



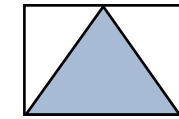
Mantel



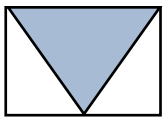
Trapézio



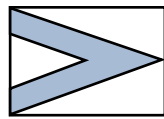
Triângulo (vertical)



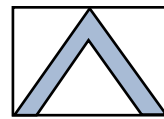
Mantelado



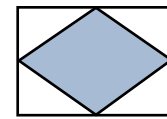
Mantelado invertido



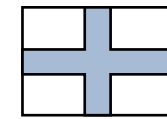
Asna ou chaveirão



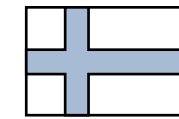
Asna (vertical)



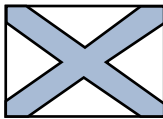
Losango



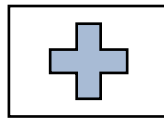
Cruz



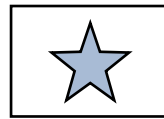
Cruz escandinava



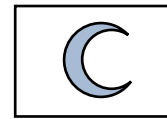
Aspa (ou santor)



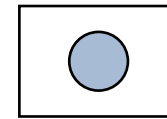
Cruz grega ou suíça



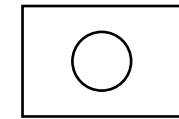
Estrela



Crescente



Disco



Anel

BRASIL

HINOS, BANDEIRAS E BRASÕES DO BRASIL

Este capítulo é dedicado à história das bandeiras, brasões e hinos usados no Brasil desde o período colonial até os dias atuais. Antes de nos aprofundarmos na história de nossos símbolos nacionais, é preciso voltar um pouco mais no tempo e compreender as influências que as bandeiras usadas na Idade Média, em especial as de Portugal, tiveram em nosso simbolismo desde a época do descobrimento.

AS BANDEIRAS E OS BRASÕES DE PORTUGAL

Alguns séculos antes do começo da Era Cristã, o noroeste da Península Ibérica era habitado pelos lusitanos, um povo resultante da influência e miscigenação dos povos que lá viviam com os invasores celtas que haviam chegado quatro séculos antes. Por essa época, a Ibéria foi invadida pelo Império Romano, mas os lusitanos se opuseram bravamente à dominação na região hoje conhecida como Serra da Estrela. O aguerrido povo caiu sob a força das legiões romanas em 61 a.C., que anexaram sob seus domínios a província com o nome de Lusitânia.

Sabe-se que, durante os séculos I e II a.C., o emblema dos lusitanos foi um dragão verde (figura muito comum entre os povos antigos, especialmente entre os celtas) colocado sobre uma bandeira de fundo branco. A figura do dragão nas bandeiras resiste até hoje no País de Gales, onde ele aparece em vermelho sobre um campo verde e branco, assim como acabaria mais tarde por se tornar o emblema da Casa de Bragança. Além disso, está em nosso cotidiano, como no emblema regimental dos nossos Dragões da Independência.

Após a queda do Império Romano, a Península Ibérica foi invadida muitas vezes pelos povos denominados bárbaros e ficou sob seu domínio até o século VIII, quando os árabes muçumanos que habitavam o norte da África, motivados por sua nova religião e pelo ideal expansionista, atravessaram o estreito de Gibraltar e conquistaram quase todos os antigos reinos dessa península até as montanhas da região das Astúrias. Os portugueses derrotaram os árabes no século XIII, mas os espanhóis ainda lutariam muito para retomar seu território dos mouros, o que só se daria de forma completa em 1492, com a queda de Granada.

A história de Portugal enquanto nação começa, por assim dizer, com a de um cavaleiro chamado Henrique, oriundo da região francesa da Borgonha e que se destacou na luta contra os árabes. Em recompensa por seus feitos, dom Henrique recebeu a mão de Teresa, filha do rei de Castela, Leão e Galiza, assim como lhe foi concedida a soberania sobre o Condado Portucalense, às margens do rio Douro. Segundo a lenda, seu estandarte foi criado sob inspiração divina em 1097 e é conhecido como “a bandeira da fundação”, formado por um campo quadrado branco onde estava sobreposta uma cruz azul, semelhante à bandeira usada pelos cruzados em Jerusalém. Desde Henrique de Borgonha até dom João II (do século XI ao findar do XV), os mesmos emblemas são usados, tanto na bandeira quanto no escudo do rei de Portugal.

Em 1139 essa bandeira foi levada à batalha de Ourique, onde Afonso Henriques (1109-1185), filho de dom Henrique, derrotou os árabes que dominavam a região. Com essa vitória, ele foi aclamado rei pelos soldados e pela corte. Após a conquista, conseguiu que o rei espanhol Afonso VII reconhecesse a independência de Portugal, em 1143, e que o papa Alexandre III confirmasse seu título real, em 1179. Por isso, ele é conhecido como o fundador da monarquia portuguesa.

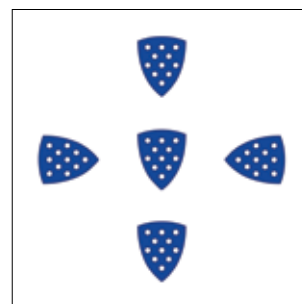
Além disso, dom Afonso Henriques modificou a bandeira de seu pai, colocando cinco escudetes em forma de cruz, sendo o azul para as figuras e o branco como fundo. A origem desse estandarte é cercada de várias lendas. Uma delas diz que na noite anterior à batalha de Ourique, na qual foram derrotados os exércitos de cinco reis mouros, Cristo teria aparecido a Afonso Henriques e lhe dado por escudo suas cinco chagas e os trinta dinheiros (besantes) pelo qual fora vendido por Judas.



Bandeira lusitana (séculos I e II a.C.)



Condado Portucalense (1097-1139)



Reino de Portugal (1139-1248)

A bandeira portuguesa nos versos de Camões

Embora sem muitas confirmações históricas sobre o número de besantes, o poeta português Luís de Camões também retratou a história desse estandarte ao descrever como foi criado ao final da batalha, conforme as estrofes 53 e 54 no Canto III de *Os Lusíadas* (CAMÕES, 2000):

*Já fica vencedor o Lusitano,
Recolhendo os troféus e a presa rica;
Desbaratado e roto o mouro Hispano,
Três dias o grão Rei no campo fica.
Aqui pinta no branco escudo ufano,
Que agora esta vitória certifica,
Cinco escudos azuis esclarecidos,
Em sinal destes cinco Reis vencidos.*

*E nestes escudos pinta os trinta
Dinheiros por que Deus fora vendido,
Escrevendo a memória, em vária tinta,
Daquele de Quem foi favorecido.
Em cada um dos cinco, cinco pinta,
Porque assi fica o número cumprido,
Contando duas vezes o do meio,
Dos cinco azuis que em cruz pintado veio.*

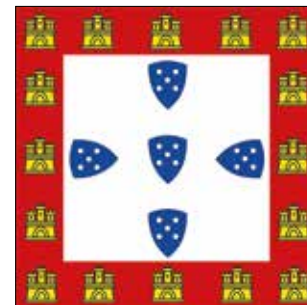
Esse estandarte teve diversas configurações antes da versão à qual se refere Camões, chegando à sua forma final somente durante o reinado de dom João II. Os besantes (antigas moedas de prata usadas na época do Império Bizantino) colocados dentro dos escudetes azuis tinham seis, sete, nove, onze, doze, treze ou dezesseis peças, conforme várias versões que são conhecidas em descrições e documentos, inclusive de um mesmo rei. Como não se dispõe de fonte suficientemente segura, não se descarta nenhuma das possibilidades em relação a essa bandeira e ao brasão de armas.

Durante o reinado de seu filho, dom Sancho I (1154-1211) – a quem alguns autores atribuem o surgimento da bandeira com os cinco escudos e besantes –, parte das terras conquistadas por dom Afonso Henriques é retomada pelos árabes. Mas a situação iria mudar com dom Afonso II (1185-1223), cujo espírito aguerrido o faz retomar a luta em busca da conquista de novos territórios.

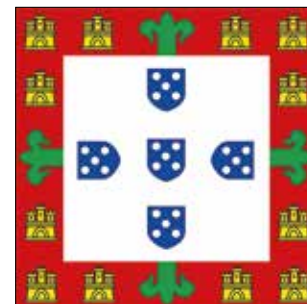
Após se aliar aos espanhóis de Castela e Aragão em 1212, ele participa vitorioso da batalha de Navas de Tolosa, que assinala o declínio do domínio árabe na Península Ibérica. A seguir, com o auxílio das ordens monástico-militares (formadas por cavaleiros da Ordem dos Templários, dos Hospitalários e de Avis), retoma as ofensivas nas terras que haviam sido tomadas de seu pai. Seu filho, dom Sancho II (1209-1248), e seu irmão, dom Afonso III (1210-1279), continuam a expandir o território até a tomada das terras do Algarve, no extremo sul de Portugal, em 1249.

Foi por esse motivo que dom Afonso III passou a se intitular rei de Portugal e Algarve. Assim nascia um novo estandarte, que agora se apresentava com uma borda vermelha, semeada de castelos dourados. Segundo a versão popular, o vermelho representava o sangue derramado na luta pela libertação do Algarve, e a figura dos castelos as fortalezas tomadas dos árabes. Outra versão diz que a borda vermelha e os castelos simbolizavam o matrimônio de dom Afonso III com a filha de Fernando II, rei de Castela, cuja bandeira e brasão eram, como hoje, formadas por castelos de ouro sobre um fundo vermelho.

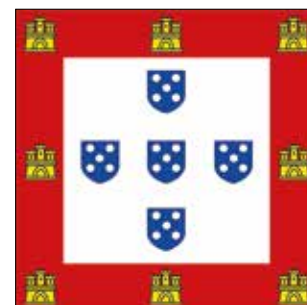
No século XIV, tornadas as ordens monástico-militares influentes na política do reino português, ocorre em 1384 a ascensão ao trono de dom João I (1357-1433), que era mestre da Ordem dos Cavaleiros de Avis. Dom João I juntou as insígnias de seus predecessores com a cruz da Ordem de Avis, cujos braços terminavam em formato de pontas da flor de lis, sendo esta conhecida como cruz florenciada. Dessa cruz ficaram aparecendo, na superposição do escudo, apenas as extremidades, que figuravam sobre a bordadura vermelha com 12 castelos dourados. Essa mesma bandeira também foi usada por dom Duarte (1391-1438) e dom Afonso V (1432-1481).



Portugal e Algarves (1248-1385)



Bandeira portuguesa (1385-1485)



Bandeira portuguesa (1485-1495)

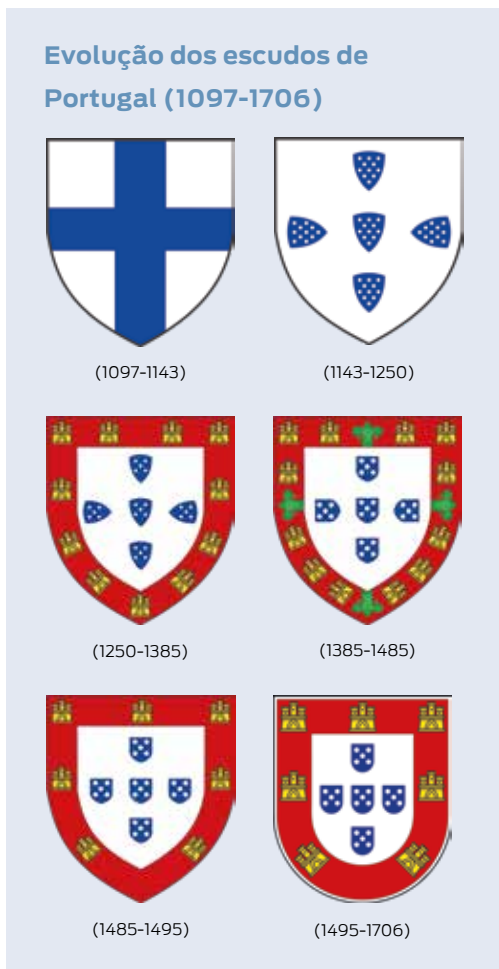


Cruz da Ordem de Avis

Entre 1485 e 1495, a bandeira portuguesa foi modificada por ordem de dom João II (1455-1495), que alterou a posição dos escudetes, colocando os dois laterais em posição vertical no formato de cruz; ele também retirou a Cruz da Ordem de Avis e reduziu o número de castelos para sete. Havia também versões com oito castelos, usadas por seu sucessor, dom Manuel I (1469-1521).

A partir de 1495, o brasão de armas passa a ser inserido como símbolo na bandeira nacional de Portugal, formada agora por um campo branco. O número de castelos, bem como o de besantes, como se observa anteriormente, é muito variável nas estampas, selos e moedas desde os primeiros tempos da monarquia portuguesa.

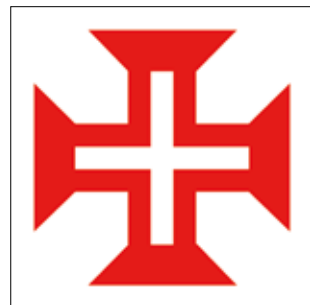
O formato do escudo também mudou. Os primeiros modelos eram em francês antigo, mas a partir de 1495 prevaleceu o formato ibérico (ou português), embora as bandeiras portuguesas também ostentassem o escudo em formato francês moderno no século XVIII. O formato ibérico voltaria e ser usado somente na bandeira da República Portuguesa (1910).



A BANDEIRA DA ORDEM DE CRISTO

Em 1312, quando o papa Clemente V extinguiu a Ordem dos Cavaleiros Templários e seus bens foram confiscados, dom Dinis (1261-1325), que sucedeu a dom Afonso III no trono português, sentindo a falta que tal ordem faria a seu reino, agiu com um lance de diplomacia. Dando-lhe outro nome – a Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo ou simplesmente Ordem de Cristo –, ele conseguiu contornar a situação difícil que se apresentava entre a Igreja e os cavaleiros templários em seu país, fazendo com que os bens confiscados fossem transferidos para a nova ordem que criara. Por uma bula expedida pelo papa João XXII em 15 de março 1319, essa nova ordem foi legitimada em Portugal.

Mas o mais notável dos mestres da Ordem de Cristo foi o infante dom Henrique (1394-1460), um dos filhos de dom João I (1357-1433), sagrado cavaleiro por seu próprio pai, em 1415, após a batalha que tomou a cidade de Ceuta, no norte da África, dos árabes. Dom Henrique reuniu em torno de si os melhores cartógrafos, mercadores



Bandeira da Ordem de Cristo (1332-1651)

e navegadores, usando a riqueza acumulada pela Ordem de Cristo para financiar a mítica escola de Sagres e dispor do que de mais avançado havia na época para explorar os mares.

Os cavaleiros da Ordem de Cristo tinham por vestimenta um manto branco onde figurava uma cruz vermelha, aberta nas pontas, sobreposta por uma cruz branca, que era estampada na altura do peito. Foi assim que essa insígnia passou a figurar nas bandeiras e nas velas das naus portuguesas que cruzaram os mares em direção às novas conquistas.

A bandeira da Ordem de Cristo foi também a primeira a tremular em solo brasileiro, trazida nas naus de Pedro Álvares Cabral em 22 de abril de 1500 e usada durante a primeira missa rezada em terra, conforme atestava, inclusive, a carta escrita por Pero Vaz de Caminha. No Brasil, esse símbolo foi usado pelos bandeirantes no século XVII durante as chamadas entradas e bandeiras.

O nome correto da cruz

Não devemos confundir a cruz da Ordem de Cristo com a cruz de Malta. A Ordem de Cristo é formada por uma cruz branca inscrita em uma cruz vermelha, com as pontas abertas. Já a cruz de Malta – referente a essa ordem de cavaleiros medievais, conhecidos no passado como Hospitalários – tem as suas extremidades dilatadas, em formato de triângulo, opostas pelos vértices, que se apresentam recortadas em ângulo agudo.



Cruz da Ordem de Cristo



Cruz de Malta

AS BANDEIRAS DOS NAVEGADORES

Quando dom João II subiu ao trono, em 1481, fez adotar uma nova bandeira, utilizando pela primeira vez o brasão de armas de Portugal, em formato ibérico, com os cinco escudetes contendo cinco besantes cada, em formato de cruz e a borda vermelha com sete castelos. Esse conjunto heráldico estava sobreposto à cruz da Ordem de Cristo (em que só aparecem as pontas) sobre um campo branco e ficou conhecido como Bandeira Real, que foi utilizada largamente na época das navegações, embora fosse mais comum a bandeira da Ordem de Cristo.

Nesse período, os navegantes portugueses estavam entrando no auge da conquista marítima, com a descoberta de novas rotas comerciais ao contornar a África e chegar até o cabo da Boa Esperança, com a expedição de Bartolomeu Dias em 1487 e mais tarde a chegada de Vasco da Gama à Índia em 1498. Devemos lembrar que a vizinha Espanha chegara com Cristóvão Colombo à América e logo houve a necessidade de os dois reinos reivindicarem a posse das novas terras e rotas comerciais, da qual nasceu o Tratado de Tordesilhas (1494). Como sabemos, a esquadra comandada por Pedro Álvares Cabral trouxe em 1500, além da bandeira Real e da Ordem de Cristo, a pessoal de dom Manuel I e a das quinás.

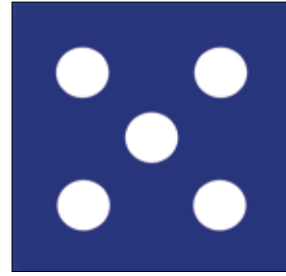
A primeira delas foi adotada durante o reinado de dom Manuel I (1495-1521), sendo a primeira bandeira de uso pessoal atribuída a um rei português. O extraordinário desenvolvimento da navegação portuguesa durante os séculos XV e XVI foi acompanhado de sua bandeira, em formato quadrado esquartelado em



Bandeira Real (1495-1521)



Bandeira pessoal de dom Manuel I (1495)



Bandeira das quinas

aspa – como se designa na linguagem heráldica essa divisão em forma de X –, formando dois triângulos vermelhos e dois triângulos brancos onde se assentava a figura de uma esfera armilar em amarelo-ouro.

Datada da mesma época, também se apresentava a bandeira das quinas (como é chamada popularmente a disposição dos cinco pontos no dado e nas peças de dominó), usada nos navios em conjunto com outras bandeiras. Recordava a lenda do rei Afonso Henriques, mostrando os cinco besantes brancos em campo azul. Uma variante desse estandarte era composta de uma flâmula branca de quinas invertidas em azul.

A esfera armilar

A esfera armilar era um instrumento usado pelos gregos desde o século VI a.C. para ensinar a arte da navegação e simular o movimento aparente dos astros em torno da Terra. Era composta de dez círculos feitos com aros de metal, chamados de armilas. São eles: o meridiano, o horizonte, os dois coluros (meridianos que passam pelos pontos dos equinócios e dos solstícios), a eclíptica (onde se gravavam os símbolos do Zodíaco), os dois trópicos e os dois círculos polares. Ao centro se encontra uma pequena esfera, representando o globo terrestre. Como símbolo, a esfera armilar é aplicada desde a Antiguidade, significando o domínio científico, a autoridade, o império, o poder, a soberania e o próprio Deus – criador do Universo.



AS BANDEIRAS DA ERA COLONIAL PORTUGUESA

No reinado de dom João III (1502-1557) desapareceu da bandeira a cruz da Ordem de Cristo e passou a figurar sobre o campo branco apenas o escudo com a coroa real em estilo aberto. Num selo dessa época figuram 14 castelos e, nas moedas, apenas sete.

O escudo também variava do estilo ibérico, ou seja, de base redonda, para a base em estilo pontudo, próximo ao modelo francês antigo. Sua importância refere-se ao fato de que essa foi a bandeira portuguesa usada na época em que Martim Afonso de Sousa fundou a cidade de São Vicente (1532), que as capitâncias hereditárias foram criadas e os governadores-gerais do Brasil foram estabelecidos (1534); foi também a primeira bandeira usada pelos bandeirantes paulistas ao lado do exemplar da Ordem de Cristo.

Após uma empreitada malsucedida contra os árabes no norte da África, o jovem dom Sebastião (1554-1578), neto e sucessor de dom João III, veio a falecer. Como não tinha sucessores, o trono foi parar nas mãos de seu tio, o cardeal dom Henrique (1512-1580), que, sem herdeiros, ocasionou após sua morte a passagem da Coroa portuguesa para as mãos de seu sobrinho Filipe II (1527-1598), rei da Espanha. Assim, Portugal deixou de manter sua independência e passou a ser subordinado à Espanha, que controlava os dois reinos, no período que foi chamado de União Ibérica (1580-1640).

Dom Sebastião também teve uma bandeira pessoal, formada por um campo em cor carmesim com o brasão de armas de Portugal ao centro. Antes de partir para a batalha que lhe tiraria a vida (Alcácer-Quibir, em 1578), também ordenou que a coroa na bandeira nacional fosse substituída do estilo aberto para o estilo fechado, o que vai aparecer a partir da bandeira do domínio espanhol.

A bandeira portuguesa foi conservada em sua estrutura básica, continuando toda branca com o escudo real, mas tendo agora atrás do escudo a figura de 16 ramos verdes de oliveira, sendo dez com hastes à mostra e seis escondidas. A bandeira desse período (1616-1640), segundo relatam alguns historiadores, foi criada pelo próprio rei Filipe II, e os ramos celebrariam sua conquista sobre o trono e as terras lusitanas, que se deu na época da colheita das oliveiras. Outras fontes dizem que não foi o rei espanhol, mas o governador do reino, o marquês de Alenquer, que teria acrescentado os ramos à bandeira portuguesa, em referência ao seu sobrenome (Silva).

Sendo então o Brasil parte da colônia espanhola, os inimigos da Espanha – em especial a Holanda, que havia travado uma longa guerra de independência contra a dinastia do rei Filipe II – passaram a ansiar novas conquistas. Assim, a colônia brasileira iria sofrer durante o século XVII a invasão de seu território, sobretudo com a instalação dos franceses no Maranhão e as ocupações holandesas no Nordeste, que também desfraldaram seus pavilhões em nosso território.



Bandeira de dom João III (1521-1616)



Bandeira do domínio espanhol (1616-1640)

OS EMBLEMAS DOS FRANCESES E HOLANDESES NO BRASIL

No curso do século XVII, os franceses, com pretensões de também constituir seu próprio império nas Américas, instalaram-se no litoral da região Nordeste do Brasil, onde fundaram em 8 de setembro de 1612 o forte de São Luís, berço da chamada França Equinocial. No dia 1º de novembro seguinte realizaram solenemente em Upaon-Açu (como os indígenas chamavam a ilha de São Luís) a cerimônia de posse daquela terra, em nome do rei Luís XIII, fixando ao lado da cruz cristã que instalaram o estandarte e as armas reais da França.

Esses relatos foram feitos pelo frei Claude d'Abbeville, o primeiro cronista da expedição chefiada por Daniel de La Touche e François de Rasilly à região sob as ordens da rainha-mãe e regente, dona Ma-

ria de Médici, e estão no livro *Historie de la mission des pères capucins en l'isle de Maragnan et terres circonvoisines* [História da missão dos padres capuchinhos na ilha de Maranhão e terras circunvizinhas]. Ao descrevê-la, ele acrescenta que nela:

[...] está pintado um belo navio com todas as suas velas ao vento, suas cordagens e mais apetrechos necessários; na proa, ele tem a figura do cristianíssimo rei Luís XIII, em tamanho natural, sentado e revestido de sua régia indumentária e apresentando com a mão direita um ramo de oliveira à rainha regente, sua mãe, a qual também se acha pintada em tamanho natural, porém na popa do navio, e revestida igualmente de seu manto real e segurando com a mão direita o leme onde se lê a divisa – *Tanti dux fœmina facti* [É uma mulher que comanda tudo isso]; esse estandarte era enriquecido e semeado de grandes lírios de ouro que o embelezavam maravilhosamente. (D'ABBEVILLE *apud* MEIRELLES, 1972, p. 70)

Esse estandarte foi o primeiro símbolo a fixar-se nas terras maranhenses, pois, embora as insígnias do domínio português possam ter passado com os navegantes, nenhuma estabeleceu-se por muito tempo. Sabe-se, da mesma forma, que o livro escrito pelo frei D'Abbeville (e cuja imagem aparecia na ilustração de sua folha de rosto) fazia referência a um brasão que aludia possivelmente à França Equinocial, formado por um escudo todo azul com a figura de um sol de ouro ao centro, sendo timbrado por uma coroa dourada em estilo antigo. O sol representava a beleza, a realeza e a essência divina e, conforme os dizeres do livro, daí não sai e aí dorme perpetuamente, para mostrar que a região estava sobre latitudes equatoriais.

Após a reconquista do Maranhão pelos portugueses, em 1615, o capitão Henrique Afonso e seus soldados adentraram na fortaleza de São Luís, recolhendo a bandeira dos franceses e substituindo-a pela bandeira real das Quinas, para dar o testemunho autêntico da posse daquelas terras sob a Coroa lusitana.

Quanto ao uso de uma bandeira por parte dos colonizadores franceses no Rio de Janeiro, sob o comando de Nicolau Durand de Villegaignon, não há nenhum registro histórico conhecido, embora seja possível presumir que o estandarte real francês (composto de um campo azul com três flores de lis em amarelo-ouro dispostas em roquete, ou seja, em formato triangular) por lá possa ter tremulado entre os anos de 1555 e 1567, na chamada França Antártica.



Brasão atribuído à França Equinocial (1612)



Estandarte usado pelos franceses no Maranhão (1612)



Estandarte real francês (1365-1632)